**AVALIAÇÃO DA IN(SEGURANÇA) ALIMENTAR EM DOMICÍLIOS DO INTERIOR DE SERGIPE**

**RESUMO**

A Insegurança Alimentar diz respeito a ausência da Segurança Alimentar e Nutricional, a qual é entendida como a capacidade do indivíduo de ter acesso ao alimento não somente em quantidade, mas também em qualidade para a manutenção da saúde conforme demandas das fases da vida. O presente estudo justifica-se pela importância da mensuração da Segurança alimentar e nutricional bem como o dimensionamento do Direito Humano à Alimentação Adequada. O objetivo desse estudo foi avaliar e caracterizar da Insegurança Alimentar em domicílios de uma cidade do interior de Sergipe. A amostra foi coletada em 94 domicílios, no município de Lagarto- SE. Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes questionários: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e um questionário socioambiental que continha perguntas acerca do perfil demográfico e da renda familiar. Para a análise dos dados foi utilizado o Programa Statistical *Package for the Social Science* versão 20.0. Verificou-se os seguintes percentuais: Segurança alimentar (27,7%), insegurança alimentar leve (51,1%), insegurança alimentar moderada (12,8), insegurança alimentar grave (8,5%). A Insegurança alimentar entre os chefes de família do sexo feminino foi de (87,2%) e masculino (12,8%), e insegurança alimentar de acordo com a cor: branco (18,1%), pardo (69,1%), negro (11,7%) e indígena (1,1%). A maioria dos domicílios avaliados apresentavam algum nível de insegurança alimentar, e as variáveis demográficas: sexo e cor do chefe da família possivelmente determinavam a insegurança alimentar e nutricional desses domicílios.

**Palavras-chaves:** Fatores Socioeconômicos, Segurança Alimentar e Nutricional, Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

1. **INTRODUÇÃO**

A Insegurança Alimentar (IA) diz respeito a ausência da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a qual é entendida como a capacidade do indivíduo de ter acesso ao alimento não somente em quantidade, mas também em qualidade para a manutenção da saúde conforme as demandas das fases da vida em que este se encontra, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais,  preservando também as práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, conforme diz a Lei Orgânica de Segurança alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006).

Este conceito de SAN contempla as dimensões de disponibilidade, acesso físico e econômico ao alimento, utilização biológica dos nutrientes e a estabilidade da disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos, que se constitui como uma dimensão transversal e elemento temporal das três dimensões (BURITY, 2010). Conforme estabelecimento dessas dimensões inerentes à SAN, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) dispõe de indicadores para a identificação e determinação de SAN nessas diferentes dimensões, entre os quais está a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA), que é um indicador direto de SAN da dimensão do acesso aos alimentos (CONSEA, 2004).

Desde a validação, a EBIA tem sido utilizada em pesquisas como as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) no país, auxiliando na identificação, em diferentes segmentos populacionais, de tendências à maior prevalência e vulnerabilidade para a IA, como domicílios que têm mulheres como chefe do lar, com baixa escolaridade, cuja etnia dos moradores fosse diferente da branca e nos quais residem moradores menores de 18 anos  (SANTOS *et al.,* 2018).

Neste contexto, o presente estudo teve como fundamental objetivo a avaliação e caracterização da IA em domicílios de uma cidade do interior de Sergipe para compreender a prevalência de SAN na localidade, bem como dimensionar a garantia do cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), o qual é a base para o estabelecimento e vivência de situação de SAN.

1. **MATERIAIS E MÉTODOS**

Trata-sedeum estudo do tipo transversal descritivo de análise quantitativa de dados. A execução do projeto foi no município de Lagarto-SE, em 94 domicílios, estes foram selecionados a partir da amostra calculada de 350 domicílios, utilizando-se o método de amostragem probabilístico simples, considerando o erro amostral de 5% e graus de confiança de 95%. A identificação do domicílio na sua área e microárea se deu através de sorteio para garantir aleatoriedade, com auxílio da Secretaria de Saúde do município, obteve-se o total de famílias cadastradas por área e microárea, nas seis Unidades Básicas de Saúde (UBS) da zona urbana. Todas essas informações foram confirmadas e atualizadas em reunião prévia com enfermeiro e/ou Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que acompanhavam as famílias na zona urbana da cidade.

Para análise da Insegurança Alimentar utilizou-se a EBIA. É uma escala psicométrica que mede diretamente a dimensão de acesso aos alimentos, e através dos pontos as classificam: Quando não obtêm nenhum ponto, considera-se que a família está em segurança alimentar, quando obtêm-se a soma dos pontos, a família pode ser classificada como em insegurança alimentar leve (1-5) com menores de 18 anos ou (1-3) sem menores de 18 anos, insegurança alimentar moderada(6-9) com menores de 18 anos ou (4-5) com menores de 18 anos ou insegurança alimentar grave (10-14) com menores de 18 anos ou (6-8) sem menores de 18 anos. Para caracterizar o perfil demográfico dos chefes da família e o total de renda familiar, aplicou-se o questionário socioambiental que continham essas informações.

A coleta foi realizada em 94 domicílios com famílias acompanhadas por três Unidades Básicas de Saúde (UBS Dr. Davi Marcos de Lima, UBS Antônio Maroto, UBS Ademar de Carvalho), no período de novembro de dois mil e dezoito a junho de dois mil e dezenove, nas micro áreas das Unidades Básicas de Saúde, além de 14 aplicações do estudo piloto estes sendo coletados por estudantes previamente treinados. Antes de iniciar a coleta de dados eram realizadas reunião prévia com enfermeiros e ACS, para que coordenador explicasse o projeto e entrevistadores pudesse combinar uma data prévia que estivesse já no cronograma de visita ao domicilio pelo ACS, para que não afetasse a sua rotina de trabalho, para tanto solicitava o número do telefone para contato. Nesse momento o coordenador confirmava os dados sobre área e microárea dos domicílios, assim como a zona (rural e urbana) de forma a promover um sorteio. Pois em alguns momentos os cadastros não estavam atualizados e naquelas áreas que não tinham cadastro a coleta de dados não foi realizada.

As análises estatísticas descritivas, frequências absolutas e relativas, mediana, máximo e mínimo da idade e dos ganhos totais da família, foram obtidas no programa Statistical Package for the Social Science (SPSS) versão 20.0.

A participação da pesquisa pelos os indivíduos são por meio da assinatura do TCLE. Sendo que esta segue a resolução nº 466/2012 de pesquisas envolvendo seres humanos, que foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CAAE: 92208318.1.0000.55.46 / PARECER: 2.802.364).

1. **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A amostra foi constituída por 94 chefes de família do sexo feminino (82) 87,2% e dois do sexo masculino (12) 12,8%. No que diz respeito ao estado civil responderam predominantemente que são solteiros, sendo (32) 34,0%. Em relação a ocupação, (23) 24,5% responderam que trabalham e (71) 75,5% não trabalham. Quanto a idade, os 94 chefes de família correspondem a mediana de 44 anos de idade, tendo como mínimo 17 anos de idade e 95 anos o máximo de idade sendo que os ganhos dos chefes de família recebiam em média 950,00 reais, o mínimo de 100,00 reais e o máximo 5454,00 reais (Tabela 1).

Tabela 1 – Características Demográficas dos entrevistados pelo questionário sociodemográfico, Lagarto, Sergipe, Brasil, 2019.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Caraterísticas**  | **N** | **%** | **MD** | **Mín** | **Máx** |
| **Sexo** |  |  |  |  |  |
| Feminino | 82 | 87,2 | - | - | - |
| Masculino | 12 | 12,8 | - | - | - |
| **Cor** |  |  |  |  |  |
| Branco | 17 | 18,1 | - | - | - |
| Pardo | 65 | 69,1 | - | - | - |
| Negro | 11 | 11,7 | - | - | - |
| Indígena | 1 | 1,1 | - | - | - |
| **Estado Civil** |  |  |  |  |  |
| Solteira | 32 | 34 | - | - | - |
| Casada | 26 | 27,7 | - | - | - |
| Viúva | 2 | 4,3 | - | - | - |
| União Estável | 2 | 14,9 | - | - | - |
| Divorciada | 2 | 6,4 | - | - | - |
| Separada não judicialmente | 1 | 1,1 | - | - | - |
| União amigável | 5 | 11,7 | - | - | - |
| **Trabalho** |  |  |  |  |  |
| Sim | 23 | 24,5 | - | - | - |
| Não | 71 | 75,5 | - | - | - |
| **Característica** |  |  |  |  |  |
| Idade (anos)   | - | - | 44 | 17 | 95 |
| Ganhos (reais) | - | - | 950,00 | 100,00 | 5454,00 |

N: frequência absoluta; % frequência relativa; MD: mediana; min: mínimo; máx.: máximo.

**Fonte:** Autoria Própria (2019)

De acordo com a análise dos dados, é visto que a cor de cor parda e ser do sexo feminino tem uma alta prevalência entre os chefes de família, como também foi relatado no estudo de Ferreira *et al.,* (2014).

A falta de dinheiro para alimentação de forma saudável é semelhante ao estudo de Bento (2016), em que o mesmo verificou que os usuários de seu estudo apontaram como dificuldades a condição financeira e a falta de tempo para preparar e comprar alimentos saudáveis. Com isso, destaca-se o papel fundamental da renda na determinação da insegurança alimentar e de iniquidades em sua decorrência (SANTOS, 2018).

Foram coletados questionários com todos os familiares maiores de 18 anos, através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, sendo que, possuíam 54 domicílios com menores de 18 anos. Destes domicílios analisados, (26) 27,7% apresentaram segurança alimentar, (48) 51,1% insegurança alimentar leve, (12) 12,8% insegurança alimentar moderada e (8) 8,5% insegurança alimentar grave (Tabela 2).

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **N** | **%** |
| **Classificação** |  |  |
| Segurança alimentar | 26 | 27,7 |
|  |  |  |
| Insegurança alimentar leve  | 48 | 51,1 |
|  |  |  |
| Insegurança alimentar moderada | 12 | 12,8 |
|  |  |  |
| Insegurança alimentar grave | 8 | 8,5 |
| Total | 94 | 100,0 |

**Tabela 2-** Níveis de (IN) segurança alimentar e nutricional no município de Lagarto-Sergipe, 2019.

N= Frequência absoluta; %= Frequência relativa

**Fonte:** Autoria Própria (2019)

A prevalência da IA foi alta, sendo a maior proporção de insegurança nos domicílios foram nível leve, seguido da moderada e grave. Corroborando com o resultado da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD), que toda a região nordeste, norte, demais regiões e Brasil (36,1, 38,1%, 20% e 22,6% respectivamente) estavam em insegurança alimentar leve (IBGE, 2019). Contudo, no presente estudo foi menor o número de domicílios em segurança alimentar.

Segundo a pesquisa realizada no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, em 2017 cerca de 54,8 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza, número este representando 26,5% da população total do Brasil, sendo que 7,4% vivem em situação de pobreza extrema, ou seja, em insegurança alimentar (IBGE, 2017). O que é um grande problema, pois o principal determinante da insegurança alimentar é a pobreza, pois está relacionado ao poder de compra dos alimentos e, consequente, ao acesso (SANTOS, 2018).

Mesmo com os avanços observados na diminuição das desigualdades sociais no Brasil, ainda é grande o número de indivíduos em insegurança alimentar (IBGE, 2017). Por isso, a importância da utilização de instrumentos para medir a segurança alimentar.

Nessa pesquisa tiveram algumas limitações como alguns problemas que inviabilizaram as visitas domiciliares: 1) Recusa do ACS em acompanhar o entrevistador; 2) ausência dos ACS em reunião previamente agendada; 3) mudança da gestão municipal; 4) comunidade não tem mais interesse em participar dos estudos da universidade. 5) ausência ou desatualização da lista de cadastro das famílias/domicílios. Além do que, pode-se ter ocorrido insegurança do entrevistado ao responder os questionários, sendo minimizados com os treinamentos pilotos dos entrevistadores.

1. **CONCLUSÕES**

Observa-se que o percentual de IA, em especial de IA leve, foi a mais prevalente nos domicílios avaliados, cuja característica é uma preocupação de que falte a alimentação no domicílio. Além disso, foi possível inferir que a cor, sexo são fatores que influenciam na IAN dos domicílios. Desse modo, torna-se necessário o desenvolvimento de mais estudos nesse sentido para ampliar o conhecimento acerca da in (segurança) alimentar, fomentando informações substanciais aos gestores para o fortalecimento das ações voltadas à SAN para a população.

1. **REFERÊNCIAS**

BRASIL. [Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.346-2006?OpenDocument) **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, DF, set 2006. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](%20http%3A//www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)>. Acesso em: 04 de outubro de 2020.

BENTO, Isabel Cristina, *et al*. Representações sociais de usuários de restaurantes populares sobre alimentação saudável associadas à sua condição domiciliar de (in) segurança alimentar. **Revista de Nutrição**, v. 29, n. 2, p. 229-240, 2016.

BURITY, Valéria, *et al*. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, 2010.

BURLANDY, Luciene; SALLES-COSTA, R. Segurança alimentar e nutricional: concepções e desenhos de investigação. **Kac G, Sichieri R, Gigante D, organizadores. Epidemiologia nutricional. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz**, p. 485-502, 2007.

CONSEA - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Relatório final*.** Olinda, PE: Consea, 2004.

FACCHINI, Luiz Augusto, *et al*. Insegurança alimentar no Nordeste e Sul do Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. 161-174, 2014.

FERREIRA, Haroldo da Silva, *et al*. Prevalência e fatores associados à Insegurança Alimentar e Nutricional em famílias dos municípios do norte de Alagoas, Brasil, 2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1533-1542, 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar,** 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2019.

SANTOS, T. G. DOS, *et al*. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 4, p. 1–17, 2018.